



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Sessão de 02 de julho de 1991

ACORDÃO N.º

Recurso n.º 112.987 Processo nº 11075-001609/89-16.

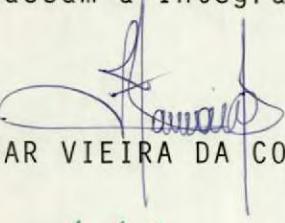
Recorrente DHB - COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A.

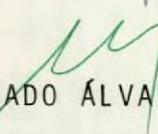
Recorrid DRF - URUGUAIANA - RS.

R E S O L U Ç Ã O Nº 301-690

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência ao DEPIN da Secretaria de Ciência e Tecnologia, através da Repartição de origem (DRF-Uruguiana-RS), na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
ITAMAR VIEIRA DA COSTA - Presidente e Relator.

  
CONRADÔ ÁLVARES - Procurador da Fazenda Nacional.

VISTO EM  
SESSÃO DE: 21 AGO 1991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros:

LUIZ ANTONIO JACQUES, JOÃO BAPTISTA MOREIRA, WLADEMIR CLOVIS MOREIRA, FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO, FLÁVIO ANTONIO QUEIROGA MENDLOVITZ e a Suplente SANDRA MÍRIAM DE AZEVEDO MELLO. Ausentes os Conselheiros : IVAR GAROTTI e JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTEIS, 1<sup>a</sup> CÂMARA.

RECURSO Nº 112.987 RESOLUÇÃO Nº 301-690

RECORRENTE: DHB - COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A.

RECORRIDA : DRF - URUGUAIANA - RS.

RELATOR : CONSELHEIRO ITAMAR VIEIRA DA COSTA.

### R E L A T Ó R I O

Por estar bem circunstanciado transcrevo e a este incorporo o relatório de que embasou a decisão de primeira instância (fls. 130/132):

"Trata o presente do Auto de Infração de fls. 01 e quadros demonstrativos de fls. 02 e 03, de interesse da empresa acima identificada, lavrado em ato de conferência aduaneira, com relação à DI 012.954/88 (fls. 06 a 14), amparada pela GI nº 0367-88/1019-3 (fls. 15), em razão do "Laudo Técnico" de fls. 18, informar que os bens importados, projetores ópticos de perfil P0-600 D, estão equipados com "indicador goniométrico digital-DIGIGRAD", o qual constitui um "encoder" e que, de acordo com a interpretação da SEI, estes estão excluídos do acordo nº 7, razão pela qual, perde o direito ao benefício fiscal de redução da alíquota do I.I. de 45% para 0%, como requerido pela processada, em seu despacho aduaneiro, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º do Decreto nº 95.297/87.

Foi feita a juntada aos autos de xerox do Telex 051/88 - SEXEX/SEI (fls. 20) em resposta ao Telex nº 1.363/88, de fls. 21, bem como catálogos dos bens importados (fls. 22 a 33).

Anteriormente ao A.I., através do Telex 1.240(fls.34), esta DRF fez consulta à SEI, a qual solicitou envio de catálogos para subsidiar sua manifestação (fls. 35) e no mesmo dia, respondeu referido telex com base nos catálogos fornecidos por outra empresa, sendo que esta Repartição enviou à SEI o Ofício nº 01/042/89, de fls. 36, encaminhando os catálogos por ela solicitados para confrontar com os que lhe foram fornecidos anteriormente.

A processada requereu (fls. 37), a liberação de merca

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

doria mediante aceitação de termo de responsabilidade de fls. 38.

Em 13.03.89 foi emitido novo Telex de consulta à SEI, Telex nº 351/89 - fls. 39, que fora respondido pelo Telex 262/89-DIF/SAE (fls. 40), dizendo da necessidade de anuênciia prévia da SEI, para o "DIGIGRAF".

Às fls. 41, foi feita a juntada de xerox de Telex nº 761/89 - ADJ/SI de 11.05.89, que autoriza a liberação dos projetores em questão.

A autuante, às fls. 43, em virtude de análise que fez dos fatos até aquela data, propôs fosse lavrado o correspondente Auto de Infração, o qual fora autorizado e resultou na peça de fls. 01.

Devidamente científicada do lançamento em 14.07.89 (fls. 01), tempestivamente impugna a ação fiscal, através do arrazoado de fls. 50 a 59 e peças de fls. 60 a 66.

A informação fiscal, às fls. 73 a 77, é pela manutenção do Auto de Infração. O processo foi encaminhado para julgamento e, através da CI de fls. 78, solicitada sua devolução para complementação do preparo com a juntada das peças de fls. 79 a 95. Em vista da referida CI, foi proposto, às fls. 97, a lavratura de um Auto de Infração complementar, a fim de betenizar o crédito tributário, conforme o disposto no art. 61 da Medida Provisória nº 68/89, aprovada pela Lei nº 7.799/89. Lavrado o referido AI (fls. 98), foi científicada a processada e reaberto o prazo para defesa.

A processada requereu (fls. 100 e 101) cópia xerox de parte do processo, a qual lhe foi fornecida (recibo às fls. 101). Tempestivamente apresentou suas razões complementares de defesa através do arrazoado de fls. 103 a 110.

Nova informação fiscal foi feita, às fls. 113 a 123, propondo a manutenção do AI, com as alterações de fls. 98."

A ação fiscal foi julgada, em 1ª Instância, com os seguintes fundamentos de fls. 132/135.

Inconformada, a empresa recorreu este Colegiado, tempestivamente, aduzindo, em resumo, o seguinte (fls. 139/168):

S E R V I C O P U B L I C O F E D E R A L

Quanto aos fatos

a) em 15.12.88 registrou a DI e, em 20.12.88 o AFTN fez a exigência no campo 24 de apresentação de laudo técnico por profissional previamente habilitado junto a Receita Federal para saber:

- a.1 - se os objetos eram idênticos aos descritos na GI;
- a.2 - se os objetos possuíam comando ou controles eletrônicos e se estes eram de origem brasileira.

b) em 26.12.88, o Engº. mecânico Carlos R. D. Florentino emitiu parecer técnico como objetivo não o quesito do AFTN, mas a interpretação do Acordo de Alcance Parcial nº 7, extrapolando sua competência. Este parecer foi calcado em telex dirigido pela SEI às Indústrias Romi, sobre matéria diferente.

c) em 29.12.88 a Delegacia solicitou pronunciamento da SEI (telex nº 1240) e aquela Secretaria informou que nada tinha a opinar porque o aparelho não se tratava de bem de informática (Telex SEI de 24.01.89 - fls. 35).

d) Em 15.02.89 a mercadoria foi entregue sem ser desembargada e em 13.03.89, apesar do pronunciamento da SEI (fls. 35), a Delegacia fez nova solicitação à SEI (Telex nº 351 - fls. 39). Incluiu nessa solicitação o Projeto ótico modelo P0-750-D estranho a esta importação. A SEI respondeu que o produto DIGIGRAD estava sujeita a sua anuência prévia.

e) Em 10.04.89 foi solicitado, no Anexo III da DI: "Apresentar processo de importação analisada pela SEI à luz do Comunicado SEI/SEINF nº 115 de 24.06.88. Recolher os impostos integralmente, porque conforme o art. 5º e 7º do Decreto nº 95297/87 os bens projetados para trabalhar com Comando e Controle eletrônico digital, só se beneficiam da redução prevista neste Decreto, (art. 7º) se estiverem des providos destes, ou seja, dos Comando e Controles eletrônicos digitais.

f) Em 04., 16 e 30.05.88, a recorrente dirigiu-se à SEI solicitando novo pronunciamento. Em 09.06.89, cientificados, telefonicamente, pela SEI da anuência, a recorrente solicitou à DRF reconsideração da exigência de recolhimento dos tributos por estar o equipamento enquadrado no Acordo (fls. 42).

g) Em 14.07.89 tomou ciência do Auto de Infração. Em dezembro de 1989 solicitou informações sobre o processo sem qualquer res

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

posta. Em 03.05.90 tomou ciência do Auto de Infração Complementar que foi impugnado tempestivamente.

h) A autoridade julgadora julgou procedente a ação fiscal sem contestar tópicos essenciais como os Laudos do CIENTEC e as Notas do Capítulo 84 da NBM-SH além de não constar no rol dos bens citados no Comunicado CACEX nº 171/86 como sujeitos à anuência prévia da SEI.

Quanto ao mérito

i) a DRF diz que a informação da SEI (Telex nº 001/89/SAE/SEI - fls. 35) foi alterada com a orientação do Telex nº 262/89 - DIF/SAE (fls. 40) em resposta ao Telex 361/89 (fls. 39), ficando claro que "as importações do produto "DIGIGRAD" Eletronic Protactor estão sujeitas à anuência prévia da SEI. A recorrente enfatiza que, nem o telex 361/89 da DRF, nem o 262/89 da SEI fazem menção ao Telex nº 001/89/SAE/SEI.

j) a DRF diz que a inclusão no telex/consulta nº 351/89 (fls. 39) do Projetor Óptico modelo PO-750-D juntamente com o PO-600, em nada modifica a resposta da SEI, através do telex de fls. 40, pois ambos os projetores estão contidos no mesmo catálogo e ambos trabalham com DIGIGRAD e QUADRA CHEK, conforme observa-se às fls. 22 a 27. A recorrente constesta pois os Projetores de Perfis importados pela recorrente não estão equipados com "QUADRA CHEK" como insinua a Decisão. O "QUADRA CHEK" é um equipamento opcional que não acompanhou a importação efetuada pela recorrente. O estranho é que pretende a autoridade de primeira instância louvar-se em laudo emitido em outro órgão, para projetor equipado com comandos "QUADRA CHEK" e transdutores de medição "MINI-SCALE ACU-RITE", que são régulas de leitura, equipamentos opcionais, para concluir que os projetores importados pela recorrente também tinham acoplado estes equipamentos, em detrimento dos laudos de fls. 63 e 64 e do próprio laudo de fls. 18/19, efetuados nos projetos importados pela recorrente, os quais em momento algum falam da existência do "QUADRA CHEK".

l) o equipamento da recorrente, como importado, só realiza leitura de ângulos, e para realizar operações similares as descritas no Laudo de fls. 86 a 93, foi equipado com um conjunto de indicadores de posição eletrônicos NACIONAL, fornecidos pela firma MITUTOYO DO BRASIL, composto por equipamento digital da marca "SERVUS-Mod. 1705" e régua de leitura da marca "MITUTOYO", como demonstram as fotos anexas.

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Pelo fato dos mesmos poderem receber acoplagem de outros equipamentos opcionais do fabricante, não significa que tais equipamentos o acompanharam e nem que os projetores importados pela recorrente, por analogia devam ter o mesmo tratamento de projetores importados com os equipamentos opcionais, basicamente o processador de dados "QUADRA CHEK", não integrante da importação da recorrente.

m) O telex nº 051/88 da SEI diz que certos equipamentos são obrangidos pela expressão "comando e controles eletrônicos digitais, desde que atendam ao inciso II do art. 3º da lei 7232/84. Não basta ser um "encoder", é necessário atender ao disposto acima.

n) convém ressaltar que todo o indicador goniométrico digital "DIGIGRAD" constitui um "ENCODER", entretanto, nem todo o "ENCODER" possui função de comando ou controle eletrônico. A própria SEI, em que pese as insistentes indagações da DRF, em momento algum afirmou que o produto em análise é ou tem função de comando ou controle eletrônico.

o) O "DIGIGRAD", que equipa os Projetores Óticos de Perfil importados pela DHB não processa dados, não opera e não aciona nenhum componente, não realiza operações programadas não memoriza informações e não recupera informações, faz exclusivamente leitura de um ângulo e indica este ângulo por meio digital, sendo que sobre a informação digital não existe comando. O encoder "DIGIGRAD" acoplado ao Projeto Ótico de Perfil importado pela DHB, converte a leitura do ângulo mecânico em sinal elétrico analógico e este sinal é lido e indicado de maneira digital em um display. Este "DIGIGRAD", portanto, tem a exclusiva finalidade de permitir a leitura de ângulos digitalmente, sendo a informação digital processada por um codificador de eixo ótico acoplado a um sensor de deslocamento angular. O "digigrad" instalado não possui nenhum tipo de comando ou controle eletrônico com qualquer função técnica das enumeradas no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 7232/84.

p) O próprio laudo do Engenheiro credenciado junto a Receita Federal afirma tratar-se de um "Encoder", mas não afirma possuir ele funções de comando e controle. Caso os projetores viessem com os opcionais "QUADRA CHEK" e com os transdutores de medição "MINI SCALE ACU-RITE" efetivamente estariam equipados com sistema de comando e controle, mas tal não ocorreu, como comprovam os Laudos específicos feitos nos projetores, tanto pelo Engenheiro credenciado junto a DRF quanto pela CIENTEC, os quais em nenhum momento mencionam a existência de

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL

tais opcionais. É incompreensível que com base em laudo emitido em São Paulo, referente a análise de projetor de outro modelo do fabricante , ao qual estavam acoplados opcionais com sistema de medição eletronicos, pretenda a DRF de Uruguaiana, por analogia, entender que tal laudo define o projetor importado pela recorrente.

q) A classificação TAB 90.16.26.00 está correta e não a adotada pelo Fisco, 90.28.20.99 NALADI 90.28.3.99 . O texto da posição 90.16. cita nominalmente os projetores de perfis. A exigência fiscal só estaria correta se os projetores contivessem os opcionais que equiparam o projetor importado por Campinas objeto da discrepância classificatória.

r) O equipamento continua à disposição do Fisco que poderia executar nova perícia.

É O RELATÓRIO.

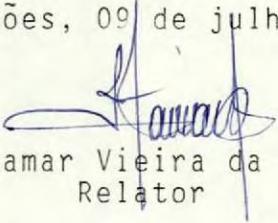
V O T O

Conforme se pode depreender da leitura do relatório, antes das considerações de mérito, entendo ser importante a análise de uma questão vestibular relativa ao esclarecimento das informações prestadas pela então denominada Secretaria Especial de Informática - SEI.

Por isto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência ao DEPIN - Secretaria de Ciência e Tecnologia, através da repartição de origem (DRF-Uruguaiana) que deverá adotar as seguintes providências:

1. Notificar o sujeito passivo para que apresente quesitos específicos ao DEPIN que possam esclarecer a matéria.
2. Encaminhar o processo ao AFTN autuante para, se desejar, também apresentar quesitos;
3. Após, encaminhar o processo ao DEPIN - Secretaria de Ciência e Tecnologia para responder as questões propostas, se houverem, e as seguintes:
  - 3.1. O produto de que trata este processo estava, na época da importação - Dezembro de 1988, sujeito à anuênciam prévia da Secretaria Especial de Informática - SEI?
  - 3.2 Quesito do Procurador da Fazenda Nacional Dr. Conrado Alvares:  
- Está o DEPIN de acordo com o laudo do Assessor Técnico (fls.18)?

Sala das sessões, 09 de julho de 1991

  
Itamar Vieira da Costa  
Relator